

Ata de Reunião

Comitê Interinstitucional de enfrentamento ao covid-19 no sistema carcerário

Data: 22/setembro/2020	Local: Reunião virtual (acesse aqui)
Horário de início: 14h00min	Horário de Término: 15h30min

Participantes:

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Des. José Augusto Gomes Aniceto- Corregedoria-Geral da Justiça
Des. Ruy Muggiati - Supervisor do GMF/PR
Dr. Eduardo Lino Bueno Fagundes Junior - Corregedoria-Geral da Justiça
Dr. Oswaldo Soares Neto - Coordenador do GMF
Kleber Humberto da Silva - Assessoria do GMF

CNJ - Justiça Presente

Dra. Flavia Kroetz

Ministério Público do Estado do Paraná

Dr. Alexey Caruncho
Dr. Claudio Esteves
Dr. José Paulo Montesino - Cornélio Procópio

Defensoria Pública do Paraná

Dr. André Giamberardino - Defensor Público do Estado do Paraná

Secretaria de Estado da Segurança Pública

Cel. Romulo Marinho
Dr. Francisco Alberto Caricati - DEPEN/PR
Dr. Silvanei de Almeida Gomes
Dr. Francisco Santos - CMP
Dr. Vinicius Augustus de Carvalho

OAB/PR

Dr. Nilton Ribeiro

Governo do Estado

Dr. Guilherme de Abreu - Casa Civil

FECOMPAR

Helena Maria Ramos dos Santos - FECOMPAR

COPEP

Dra. Waleiska Fernandes

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Thais Giselle Diniz Santos - Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia

Assuntos em Pauta:

1. Atualização das ações e informações sobre o enfrentamento ao covid-19;
2. Unidades sentinela;
- 3.
4. Assuntos gerais.

Desenvolvimento dos Assuntos em Pauta:

Iniciada a reunião, Desembargador Ruy Muggiati passou a palavra Cel. Marinho para as atualizações.

Cel. Marinho trouxe a situação da cadeia pública de Cambará, em que houve a fuga de 34 presos nesta madrugada, com a recuperação de 5 presos; que existem nesta unidade 118 presos com covid-19; que o Secretário Beto Preto, da Secretaria Estadual de Saúde já entrou em contato com a secretaria de saúde do município; que está providenciando duas viaturas da polícia militar para apoio naquela unidade; que o coordenador do Depen e uma empresa foram acionados para a recuperação do local danificado pelos presos e que esta unidade ficará em quarentena por 145 (quinze) dias, transformada em unidade sentinela temporária; precisou deslocar dois presos para Rondônia, com sua equipe, e com o retorno do Dr. Silvanei, serão enviados à Cambará; informou da inauguração breve de 3 (três) penitenciárias (Foz do Iguaçu, Piraquara e Campo Mourão), para passar 41 delegacias para gestão plena do DEPEN, com 500 novos presos para Foz do Iguaçu; que aguarda o decreto do Governador, que converterá a Colônia Penal de semi-aberto para Unidade de Progressão de segurança mínima; que a operação verão passará a ter um novo fluxo estudado com o governo do estado;

Dr. Alexey apresentou o Dr. José Paulo Montesino, promotor de justiça da comarca de Cornélio Procópio, cidade em que possui uma unidade sentinela e fica próxima a Cambará; apontou como fragilidade no sistema da unidade sentinelas nas localidades pequenas a tendência de ficarem desassistidas e mal compreendidas pelos atores locais, havendo assim uma necessidade de aperfeiçoamento do Plano e definição de fluxos mas claros a todos os atores das unidades sentinelas e do sistema;

Dr. José Paulo Montesino relatou que através da informação recebida na semana anterior, teve conhecimento da transferência de 19 presos com covid-19 para a cadeia pública de Cornélio Procópio, sem comunicação às autoridades; informou que visitou a cadeia de Cornélio Procópio e constatou que são "contêineres", e que os presos com covid-19 foram implantados no último contêiner da fileira, porém, constatou também que entre todos os contêineres havia ligação pelo sistema de ventilação, não se tratando de unidades isoladas; os detentos lhe informaram que haveria falta de medicamentos, colchões, atendimento médico e outros insumos. Em razão dessas carências, contactou conselho da comunidade, para adquirir colchões; pela Secretaria de saúde de Cornélio, foi informado que o município não teria estrutura para atender os presos; posteriormente, tomou conhecimento que os presos foram devolvidos para Cambará, sendo que na sequência se deu o fato da fuga dos presos; questiona como preparar as unidades sentinelas para que possam atender a demanda dos presos com covid-19, principalmente em cidades menores;

Dr. Alexey questionou se realmente existe isolamento na unidade de Cornélio Procópio, vez que ela ainda vem servindo como cadeia, com mais de 200 (duzentos) presos; que no momento as unidades sentinelas não estão absorvendo grandes públicos, tratando-se de espaços ociosos; apontou a necessidade de pensar alternativas para unidades menores ou se pensar aperfeiçoamentos para o fluxo do plano;

Des. Ruy Muggiati questionou sobre o funcionamento das unidades sentinelas, se alguma delas funcionou conforme previsto no Plano de Ação ou ficaram apenas no papel, pois todas as vezes que ocorre um surto, aquele lugar onde ocorreu acaba se transformando em uma unidade sentinela provisória. Recordou que a princípio, no plano de ação, as unidades sentinelas estariam preparadas para recebimento dos presos para isolamento e elas seriam regionalizadas, mas, o sistema está funcionando com improvisação; ressaltou a importância de que sejam comunicadas às autoridades sanitárias de cada local, na ocorrência de contaminações, a fim de se evitar alardes;

Dr. Caricatti que a criação das unidades sentinelas tinha como objetivo receber os novos presos, para ficarem em quarentena, assim que identificados positivo; afirmou que nas unidades do interior, não possuem apoio da saúde para fazer a triagem, assim, o preso entra contaminado e vai contaminar os demais; não conseguem montar uma estrutura de saúde para todas as unidades, mas acredita que esse apoio deve ser dado pelas secretarias municipais; acredita que as unidades sentinelas devem ser mantidas, em cidades pequenas, em locais pequenos, pois a unidade precisa ser esvaziada para servir como sentinela, sem que seja para prisão, e apenas para quarentena; na região de Cornélio o DEPEN não possui uma unidade que possa atender esse fluxo, para esvaziar uma unidade para servir como sentinela;

Cel. Marinho informou que o foco da SESP é a regional de Londrina, que atualmente conta com 235 presos contaminados pelo covid-19; que a Secretaria irá olhar para as unidades sentinelas, para que atendam o objetivo do Plano de Ação, já que na prática elas estão vazias, precisando que seja reavaliada essa situação das unidades sentinelas; falou que possui dificuldades em adquirir um espaço para implantação de unidades prisionais nas cidades do Norte Velho, pois as prefeituras resistem em dispor desses espaços;

Dr. Francisco Santos falou que a unidade de Cornélio Procópio possui fragilidades, sendo difícil resolver os problemas de saúde daquela cadeia; que as condições para abrigar 19 presos é complicada; falou que em Campo Largo apresentou casos de contaminação e também será testada e que as cadeias continuarão tendo casos, pois é difícil controlar o contágio a partir das cadeias públicas, sendo necessário apoio dos municípios na área de saúde, vez que o Estado não tem condições de dar conta; trouxe que no CMP o perfil dos presos, como Maria da Penha e prisão por alimentos, e que algum contaminado, que pode ter testado negativo, pode ter contaminado os demais, que hoje são 40 contaminados, nas galerias do CMP; acredita na necessidade de revisar o plano para abarcar essas situações;

Dra. Waleiska questionou se os 40 presos contaminados no CMP estão inseridos em todo o contexto do CMP ou somente os casos de Maria da penha?; sobre Cornélio, os 19 presos com covid, vieram de onde e quem liberou a transferência?

Dr. Caricatti informou que no CMP, os 40 presos são da sexta galeria, somente os de Maria da Penha, os quais estão em isolamento; a situação de Cornélio são presos detectados com covid na delegacia de Cambará, havendo a transferência por decisão do chefe de cadeia regional e na semana seguinte, com ordem para que os presos retornassem para Cornélio Procópio;

Dr. André Giamberardino informou que a Defensoria, a Feccompar e a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa enviará ofício conjunto à SESA e à SESP solicitando a reconsideração da retomada gradual das visitas presenciais e entrega de sacolas aos presos pelos familiares, com indicação dos cuidados sanitários necessários. Junto ao pedido, vai um abaixo assinado com cerca de 1200 a 1300 assinaturas; pontua que o tema pode ser debatido numa perspectiva mais concreta;

Dra. Thais ratificou que o ofício conjunto foi encaminhado à SESP e SESA; na sequência, elaborou as seguintes questões: **a)** como está o planejamento do retorno gradual das visitas no sistema prisional estadual? Pois alguns estados já possuem essa prática. Além disso, existe uma demanda dos familiares junto à Assembleia, seja pelas visitas ou pelas sacolas. Junto ao ofício, os familiares apontam sugestões para o retorno às visitas, observando todas as medidas para evitar o contágio; **b)** Como o Dr. Francisco Santos enxerga a possibilidade de retorno das visitas, sem colocar em risco as pessoas frente à contaminação?; **c)** como está a questão das web visitas, vez que são muitas as reclamações de familiares com dificuldades de obtenção desse serviço?

Dr. Alexey observou que essas questões trazidas pela Dra. Thais também chegam ao Ministério Público, mas que essas questões precisam de ponderação e ausência de precipitação; disse ser favorável ao estudo de um plano para essas demandas, mas precisa de cautela, pois uma retomada de visitas sociais em unidades de grande quantidade de presos, pode haver contaminações;

Cel. Marinho apontou que o Paraná é o estado possui 30.000 (trinta mil) presos para três mortes, sendo o estado do país com menor número de mortes; sua preocupação atual são os 235 presos contaminados em Londrina e as demais regionais não apresentam problemas; informou que os três estados do Sul do país, em reunião com o Ministério da Justiça, foram unânimes em afirmar que não é momento para abrir as visitas presenciais para as famílias; demonstrou preocupação com uma abertura em unidades grandes, pois se houver contaminação em escala, onde colocaria essas pessoas?; informou que irá articular os atores para discutir os sistema;

Dr. Caricatti informou que mesmo com todas as providências tomadas, foram mais de 1000 (mil) presos contaminados e que esse cenário pode ser diferente caso se promova abertura para visitação, sendo necessário uma preparação da saúde pública; afirma que neste momento não é a favor dessa abertura; em relação à web visitas pontuou que as penitenciárias são adaptadas para os equipamentos de videoconferência, mas não dão conta para uma demanda rápida, pois estão operando em capacidade máxima, utilizando a estrutura para audiências e visitas de forma compartilhada;

Dr. Eduardo informou que houve retorno das audiências de instrução com réus presos e em alguns locais os agendamentos levam de dois meses a dois meses e meio; que será necessário pensar em formas de ampliação das web visitas;

Des. Ruy ressaltou a importância de pensar a ampliação das web visitas, vez que, chegando perto do Natal, e se não houver a retomada da visita física, a web visita seria uma alternativa que precisaria ser ampliada e se mostra necessário pensar como ampliar, com uso de outros mecanismos possíveis;

Dr. Eduardo destacou que pode ser pensado em soluções compensatórias, apresentadas outras medidas que possam atender essas dificuldades e necessidades da população carcerárias, para além das visitas;

Dr. Francisco Santos respondeu ao questionamento da Dra. Waleika, que na galeria do CMP são presos por dívida alimentar e os tipificados na Lei Maria da Penha; falou que a

capacidade do HP é de aproximadamente 50 (cinquenta) pacientes, que precisa otimizar esse espaço. Assim, testam os pacientes, que ficam de 7 a 8 dias em quarentena e são transferidos para a galeria. Eventualmente alguém passou contaminado ou se contaminou lá dentro e passou para os demais da galeria; ressaltou que examinou os presos e que todos estão bem; sobre a questão trazida sobre os riscos de contaminação com as visitas, não soube precisar, mas apontou que é necessário discutir isso com os poderes constituídos e com profissionais da saúde; que abrir totalmente não é prudente e em termos de saúde precisa-se discutir com mais pessoas da área da saúde; que realmente é preciso pensar em medidas compensatória às famílias, pois elas podem estar se questionando: “*a gente não está indo na cadeia e o pessoal está sendo contaminado*”? Mas acredita ser difícil uma abertura como era pré-pandemia.

Cel. Marinho comentou sobre a questão de eventual questionamento pelas famílias, na forma trazida por Dr. Francisco Santos. Afirmou que os presos contaminados são onde tem as delegacias compartilhadas da Polícia Civil, e são nelas focos da contaminação. Não houve contaminação nas penitenciárias, pois estão isolados e em cuidado. Reforçou que o problema maior são as delegacias. Na sequência, apresentou a planilha de atualização dos dados de contaminação do sistema até o dia 21 de setembro de 2020; destacou que a situação de Londrina é a que apresenta destaque e atenção;

Des. Ruy trouxe como encaminhamento para a próxima reunião as questões sobre visitas, na forma apontada no ofício conjunto da Defensoria Pública, Fecompar e Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Paraná; acrescentou também como pauta o Plano de Contingência, eventuais correções e aperfeiçoamentos;

Dra. Thais destacou que a proposta do ofício não é um retorno ao fluxo pré-pandemia e sim um retorno gradual com estudo elaborado por grupo de trabalho, observando todos os cuidados necessários;

Des. Ruy encerrou a reunião, designado a próxima reunião para o dia 06 de outubro de 2020, às 14h00min;

Encaminhamentos:

- I - Designada próxima reunião para o dia 06 de outubro de 2020, às 14h00min;**
- II - À secretaria do GMF para a criação da sala de reunião pelo sistema “webex”;**
- III - Encaminhe-se à Secretaria da Presidência para anotações e providências necessárias ao envio do convite aos membros do comitê;**